



Governo do Estado de Mato Grosso
SES - Secretaria de Estado de Saúde
Secretaria Adjunta de Aquisições e Finanças
Superintendência de Aquisições e Contratos

DOCUMENTOS DILIGÊNCIA

RECURSO PRÓ ATIVO



PREGÃO - SES <pregao@ses.mt.gov.br>

Diligência Atestado de Capacidade técnica fornecido para a empresa VIDA GOIÁS UTI MÓVEL LTDA

PREGÃO - SES <pregao@ses.mt.gov.br>
Para: antonio.maciell@isgsaude.org

4 de dezembro de 2019 17:36

Boa tarde Sr. Antônio Jorge,

Estou realizando diligência no documento de Atestado de Capacidade Técnica denominado "Declaração de Capacidade Técnica" emitido pelo Instituto Sócrates Guanaes em nome da empresa Vida Goiás UTI Móvel Ltda, referente aos serviços prestados pela mesma.

O referido documento foi apresentado como critério de habilitação no Pregão Eletrônico 024/2019, cujo objeto é: *Contratação de empresa especializada na prestação de serviços médicos para atendimento pré-hospitalar móvel de Urgência e Emergência, para atender a demanda do SAMU 192 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, em regime de plantão sucessivos de 12h no período diurno e noturno.*

Ocorre que a empresa Pró Ativo entrou com Recurso Administrativo em desfavor do documento apresentado, alegando que o atestado não é apto para comprovação técnica exigida no edital:

- 1 - Ausência de competência para a representatividade da emitente, ou seja que o documento foi emitido por pessoa sem atribuição para tal;
- 2 - Que a declaração apresentada não é compatível com os serviços realizados nos contratos citados;
- 3 - Alega incompatibilidade nos quantitativos declarados no atestado.

Diante das alegações da recorrente faz-se necessário esclarecermos quanto a ratificação da declaração afirmada no documento fornecido.

Sendo assim, com base no item 18.5 do edital, solicitamos manifestação e esclarecimentos que este órgão entender necessário quanto as alegações firmadas.

18.5 O(A) Pregoeiro(a), a Equipe Técnica ou a Autoridade Superior poderá realizar diligências a fim de confirmar ou obter informações complementares a respeito dos documentos já apresentados, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar inicialmente nos documentos já enviados.

Encaminhamos em anexo o atestado apresentado e ainda o recurso interposto pela empresa Pró Ativo com as fundamentações sobre as alegações de não veracidade das informações constantes no documento.

Desde já agradeço pela atenção!

Atenciosamente,

Ideuzete Maria da Silva
Pregoeira Oficial da SES/MT

Coordenadoria de Aquisições. (65) 3613-5410
Superintendência de Aquisições e Contratos
Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso
Rua Júlio Domingos de Campos - Seo Fiote, S/N (Antiga Rua D, Quadra 12, Lote 02) Bloco 05
Centro Político Administrativo
78049-902, Cuiabá-MT

2 anexos



Diligência Atestado de Capacidade técnica fornecido para a empresa VIDA GOIÁS UTI MÓVEL LTDA

antonio.maci2@isgsaude.org <antonio.maci2@isgsaude.org>
Para: PREGÃO - SES <pregao@ses.mt.gov.br>

10 de dezembro de 2019 11:29

Bom dia

Diante do exposto, faço as seguintes considerações:

O Instituto Sócrates Guanes faz, hoje, gestão de 08 unidades de saúde no País, e cada unidade possui seus gestores locais, aqui em Goiás, Goiânia, fazemos gestão do Hospital de Doenças Tropicais, através do Contrato de gestão 091/2012 ISG X SES/GO e do Condomínio Solidariedade através do Termo de transferência de gestão 003/2013 ISG X SES/GO.

Estou como Gerente Administrativo da unidade, sendo umas das minhas atribuições é o gerenciamento do departamento de contratos.

O Instituto possui regulamento próprio para contratação de serviços, aprovado pela Controladoria do Estado, e em todo o processo esta gerencia esta envolvida diretamente, segue algumas etapas do mesmo, a fim de evidenciar minha capacidade.

- 1 - Extrato de Chamamento - assinado por esta gerencia;
- 2 - Autorização para contratação no processo de contratação (PAS - vide regulamento)
- 3 - Assinatura no contrato como gestor da unidade ou como testemunha (vide regulamento e resoluções do ISG)
- 4 - Análise, validação e liberação do processo para pagamento, onde consta o relatório de atividades realizadas.
- 5 - Acompanhamento do processos de qualificação dos possíveis prestadores
- 6 - Avaliação periódicas dos prestadores de serviços já contratados.

Sobre o questionamento referente ao objeto do contrato, cabe dizer que esta intrínseco a utilização da equipe de profissionais nas unidades transportes, em todas as categorias (básicas, avançadas e hemoderivados).

À disposição para qualquer esclarecimento

Antonio Jorge

(Texto das mensagens anteriores oculto)

2 anexos

 11.2 Atestado Capacidade Técnica - ISG - HDT.pdf
827K

 RECURSO - PRO ATIVO - SAMU - PREGAO 24-2019.pdf
7384K



PREGÃO - SES <pregao@ses.mt.gov.br>

Diligência Atestado de Capacidade técnica fornecido para a empresa VIDA GOIÁS UTI MÓVEL LTDA

PREGÃO - SES <pregao@ses.mt.gov.br>
Para: dirgeral.hdt@lsgsaude.org

6 de dezembro de 2019 17:41

Sr. Roger Moreira, boa tarde!

Segue documento enviado ao Sr. Antonio Jorge para conhecimento e manifestação a fim de me auxiliar na diligência do documento apresentado por esse Instituto.
Estou aguardando resposta formal ou retorno para finalizar a resposta do recurso, para tanto necessito que sejam esclarecidos apontamentos da empresa recorrente:

- 1 - Ausência de competência para a representatividade da emitente, ou seja que o documento foi emitido por pessoa sem atribuição para tal;
- 2 - Que a declaração apresentada não é compatível com os serviços realizados nos contratos citados;
- 3 - Alega incompatibilidade nos quantitativos declarados no atestado.

Segue anexo o recurso e o atestado que foi contestado pela empresa Pró Ativo.

Desde já agradeço pela atenção e colaboração.

Ideuzete Maria da Silva
Pregoeira

Coordenadoria de Aquisições. (65) 3613-5410
Superintendência de Aquisições e Contratos
Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso
Rua Júlio Domingos de Campos - Seo Flote, S/N (Antiga Rua D, Quadra 12, Lote 02) Bloco-05
Centro Político Administrativo
78049-902, Cuiabá-MT
(Texto das mensagens anteriores oculto)

2 anexos

11.2 Atestato Capacidade Técnica - ISG - HDT.pdf
827K

RECURSO - PRO ATIVO - SAMU - PREGAO 24-2019.pdf
7384K



PREGÃO - SES <pregao@ses.mt.gov.br>

Ratificação Atestado de Capacidade Técnica Empresa Vida Goiás UTI móvel LTDA

1 mensagem

Diretoria Geral <dirgeral.hdt@isgsaude.org>

Para: pregao@ses.mt.gov.br

Cc: Antonio Jorge Maciel <antonio.maciell@isgsaude.org>

11 de dezembro de 2019 17:07

A

Sra. Ideuzete Maria da Silva/Pregoeira Oficial da SES/MT

A par de cumprimentá-la e, em resposta à mensagem eletrônica recebida, vimos pela presente esclarecer e RATIFICAR o que se segue:

- 1) Consta anexado o Atestado com os mesmos ditames desta feita, assinado pelo Diretor Geral do Hospital Estadual de Doenças Tropicais Dr. Anuar Auad e do Centro Estadual de Atenção Prolongada e Casa de Apoio Condomínio Solidariedade, Dr. Roger William Fernandes Moreira, CRM-GO 19550, em que, suas atribuições para aferir o feito.
- 2) O Atestado fornecido é compatível com as atribuições da Contratada Vida Goiás UTI Móvel posto que, sua Prestação de Serviços atende as demandas das Unidades de Saúde conforme mencionado no Atestado de Capacidade Técnica fornecido;
- 3) Não há incompatibilidade nos quantitativos fornecidos afinal, as horas de Prestação de Serviços coadunam com o informado uma vez que, a demanda de nossas Unidades requer quase que uma assistência efetiva na demanda da nossa unidade.

Por fim, reitera e RATIFICA todos os dizeres do referido Atestado de Capacidade Técnica fornecido.

O ISG – Instituto Sócrates Guanaes agradece o contato, estando à disposição para dirimir quaisquer dúvidas complementares.

Atenciosamente,
Secretaria/ Diretoria Geral
Hospital de Doenças Tropicais
Alameda Contorno n.º 3.556 Jd. Bela Vista Goiânia-GO
Tel: (62) 3201-3619

Ratificação Atestado de Capacidade Técnica - Empresa Vida Goiás UTI móvel LTDA.pdf
476K

Ratificação

Atestado de Capacidade Técnica

O INSTITUTO SÓCRATES GUANAES – ISG (CONTRATANTE), associação civil de direito privado sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 03.969.808/0001-70, endereço na Alameda Salvador, nº 1057, Condomínio Salvador Shopping Business, Torre América, Sala 712, Caminho das Árvores, Salvador/BA, Organização Social gestora do Hospital Estadual de Doenças Tropicais Dr. Anuar Auad – HDT e do Centro Estadual de Atenção Prolongada e Casa de Apoio Condomínio Solidariedade – CEAP-SOL, por força do Contrato de Gestão de nº 091/2012 e Termo de Transferência de Gestão nº 003/2013, respectivamente, firmados com o Estado de Goiás por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde de Goiás, vem, por meio deste instrumento, atestar que a empresa **VIDA GOIÁS UTI MÓVEL LTDA (CONTRATADA)**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 18.771.811/0001-57, com sede à Rua T-55, nº 1045, Qd 108, Lt 20, setor Bueno, Goiânia/GO, CEP 74.215-170, na qual figura como Responsável Técnico o Dr. Sérgio Humberto Safatje, CRM/GO nº 4718, possui/possuiu contratos de prestação de serviços com esta da seguinte forma:

Contrato Nº	Data Contratação	Vigência	Qtde Meses do Contrato
030/2014 (HDT)	17/09/2014	Encerrado	60
028/2019 (HDT)	28/06/2019	Vigente	04
014/2017 (CEAP-SOL)	07/02/2017	Vigente	32

www.isgsaude.org

SALVADOR - BA
Alameda Salvador, 1057, Cond. Salvador Shopping Business, Torre América, sl. 712 - cep: 41.820-790
Caminho das Árvores, Salvador - BA
tel: +55 71 4082.8888

RIO DE JANEIRO - RJ
Praça do Flamengo, 66 - Bloco B sl. 1002 - cep: 22210-030
Flamengo, Rio de Janeiro - RJ
tel: +55 21 3539.6848

GOIÂNIA - GO
Avenida Olinda, Qd H-4, Lt.01 ao 03 - cep: 74084-120
Pera Lazenda, Goiânia - GO
tel: +55 62 3201.3619

SÃO PAULO - SP
Av. Brigadeiro Luís Antônio, 2729 5º andar - cep: 011.401-000
Jardim Paulista, São Paulo - SP
tel: +55 11 4003.1543

ISG



Atividade exercida: Atendimento pré-hospitalar móvel de urgência e emergência em 03 (três) unidades USA – Tipo D – Suporte Avançado, com disponibilidade de 03 (três) profissionais médicos em regime de plantão de 12h diurno, e 03 (três) profissionais médicos em regime de plantão de 12h noturno, 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias por ano, incluindo os domingos e feriados, o que equivale a 180 (cento e oitenta) plantões/mês, 2160 (dois mil, cento e sessenta) plantões/ano.

Local da Prestação do Serviço: Hospital Estadual de Doenças Tropicais Dr. Anuar Auaud – HDT e Centro Estadual de Atenção Prolongada e Casa de Apoio Condomínio Solidariedade – CEAP-SOL (Goiania/GO).

Atesta, ainda, que os serviços foram prestados de forma satisfatória, não tendo ocorrido nenhum fato em nossos registros que desabone sua conduta e responsabilidade em relação às tarefas assumidas.

Goiania, 06 de dezembro de 2019

Roger William Fernandes Moreira
Diretor Geral – HDT/CEAP-SOL

Antônio Jorge de A. Maciel
Gerente Administrativo
HDT/HMA

www.isgsaude.org

SALVADOR - BA
Alameda Salvador, 1057 Cond. Salvador
Shopping Buzassá, Torre América
Ed. 712 - cep: 41620-750
Carmine das Arvores, Salvador BA
tel: +55 71 4062.8968

RIO DE JANEIRO - RJ
Praça do Flamengo, 66 - Bloco B
Ed. 1002 - cep: 22210-020
Flamengo, Rio de Janeiro - RJ
tel: +55 21 3559.8946

GOIÂNIA - GO
Avenida Olinda, 04 H-4
L1-01 60 03 - cep: 74284-120
Park Lozandes, Goiania - GO
tel: +55 62 3201.5619

SÃO PAULO - SP
Av. Graça de Lya, Antônio, 2729
Ed. 67 andar - cep: 01401-000
Jardim Paulista, São Paulo - SP
tel: +55 11 4003.1543

Goiânia, 11 de Dezembro de 2019.

A

Sra. Ideuzete Maria da Silva/Pregoeira Oficial da SES/MT

A par de cumprimentá-la e em resposta a diligência proferida a respeito do atestado de capacidade técnica apresentado pela Empresa Vida Goiás UTI móvel LTDA.

Vimos esclarecer que o Atestado fornecido é compatível com as atribuições da Contratada Vida Goiás UTI Móvel posto que sua prestação de Serviços atende as demandas das Unidades de Saúde conforme mencionado no Atestado de Capacidade Técnica fornecido.

Declaramos ainda que não há incompatibilidade nos quantitativos fornecidos afinal, as horas de Prestação de Serviços coadunam com o informado uma vez que a demanda de nossas unidades requer uma assistência efetiva na demanda da nossa unidade.



Roger William Fernandes Moreira
Diretor Geral – HDT/CEAPSOL



Antônio Jorge de Almeida Maciel
Gerente Administrativo – HDT/CEAPSOL

Hospital
Materno Infantil

**SUS**SECRETARIA
DE ESTADO DA SAÚDE

GOVERNO DE

GOIÁS

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATENDIMENTO DE URGÊNCIAS E EMERGENCIAS MÉDICAS – UTI MÓVEL ENTRE O INSTITUTO DE GESTÃO E HUMANIZAÇÃO – IGH E A VIDA GOIÁS UTI MOVEL LTDA – (PREÂMBULO – RESUMO).

1. PARTES:

Contratante: INSTITUTO DE GESTÃO E HUMANIZAÇÃO – IGH.

CNPJ: 11.858.570/0002-14

Contratado: VIDA GOIÁS UTI MOVEL LTDA

CNPJ: 18.771.811/0001-51

2. OBJETO:

Prestação de serviços de atendimento de urgências e emergências médicas – UTI MÓVEL.

3. LOCAL DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

Hospital Materno Infantil – HMI, registrado no CNES sob o nº 2339196, com sede Av. Perimetral - Setor Oeste, Goiânia - GO, 74125-120;

4. FORMA DE PAGAMENTO:

Dia 20 do mês subsequente ao início da prestação dos serviços;

5. VALOR DO CONTRATO:

R\$ 400,00 (quatrocentos reais) por percurso de ida ou volta de UTI - móvel modalidade USB;

R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais) por percurso de ida ou volta de UTI - móvel modalidade USA ADULTO;

R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) por percurso de ida ou volta de UTI - móvel modalidade USA INFANTIL;

6. RESOLUÇÃO CONTRATUAL:

- Por perda da gestão da unidade;

- Por exclusivo critério de conveniência e oportunidade da Contratante, a qualquer tempo, independente de prévia notificação, sem que haja aplicação de multa ou pagamento de indenização de qualquer natureza.

7. NATUREZA JURÍDICA DO CONTRATO:

- Negócio Jurídico bilateral amparado por normas civis.

- Prestação de serviços realizada por sociedade empresária de responsabilidade limitada ME.

Cintia Santos
Assessoria Jurídica
OAB/GO nº 1.1370



Pelo presente instrumento, de um lado, o INSTITUTO DE GESTÃO E HUMANIZAÇÃO - IGH (doravante designado "Contratante"), inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.858.570/0002-14, com sede Av. Perimetral, s/n, qd. 37, lote 14, sala 101, Setor Coimbra, Goiânia/GO, CEP: 74.530-020, representado neste ato pelo seu Superintendente, Paulo Brito Bittencourt, profissão, Administrador de Empresas e Advogado, portador do documento de identidade 0354215507 SSP/BA, inscrito no CPF/MF sob o nº 457.702.205-20, residente e domiciliado em Salvador/BA, e, de outro lado, VIDA GOIAS UTI MOVEL LTDA (doravante designado "Contratado"), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.771.811/0001-51, situada na Rua T-55, nº 1.045, quadra 108, lote 20, Setor Bueno, Goiânia - GO, CEP 74.215-170, representado neste ato por seu sócio, consoante contrato social em anexo, mediante consenso que entre si mutuamente aceitam e outorgam, resolvem celebrar o presente Contrato de prestação de serviços de atendimento de urgências e emergências médicas - UTI MÓVEL para o Hospital Materno Infantil - HMI, fazendo-o reger-se pelas seguintes cláusulas e condições:

Cláusula 1. Premissas.

1.1. São premissas influentes e substanciais do presente contrato as seguintes considerações:

- a) O Contratante é gestora de renomada Unidade Hospitalar que necessita da prestação de serviços de atendimento de urgências e emergências médicas - UTI MÓVEL, de modo a preservar e manter a qualidade no atendimento prestado aos pacientes;
- b) A presente contratação fora com base em tomada de preços realizada com empresas credenciadas à prestação de serviços objeto do presente contrato, tendo o Contratado oferecido a melhor proposta;
- c) O Contratado tem interesse em assistir o Contratante em suas necessidades conforme as tratativas mantidas com a mesma;
- d) O Contratado declara ter ciência do teor do contrato de gestão nº 131/2012-SES-GO, firmado entre a Contratante e a Secretaria de Saúde do Estado de Goiás.

Cláusula 2. Objeto.

2.1. O presente contrato tem como objeto a prestação de serviços de atendimento de urgências e emergências médicas - UTI MÓVEL, em prol da do Hospital Materno Infantil - HMI, registrado no CNES sob o nº 2339196, com sede Av. Perimetral - Setor Oeste, Goiânia - GO, CEP: 74.125-120, atualmente sob gestão, em regime de OS, pelo Contratante em convênio com a Secretaria de Saúde do Estado de Goiás, conforme contrato de gestão tombado sob nº 131/2012-SES-GO;

Cláusula 3. Do valor do contrato e prazo para pagamento:

- 3.1. Pela prestação dos serviços, ora objeto do presente contrato, a **Contratante** pagará ao **Contratado** o valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) por percurso de ida ou volta de UTI - móvel modalidade USB, R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais) por percurso de ida ou volta de UTI - móvel modalidade USA ADULTO e R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) por percurso de ida ou volta de UTI - móvel modalidade USA INFANTIL, conforme proposta comercial em anexo, a qual faz parte integrante do presente contrato, mediante apresentação de Nota fiscal acompanhada do descritivo mensal do consumo, ambos devidamente cancelados pela Diretoria Geral da Unidade Hospitalar;
- 3.2. O pagamento da fatura ocorrerá todo dia 20 (vinte) do mês subsequente ao início da prestação dos serviços, devendo a **Contratada** apresentar até o dia 1º (primeiro) do mês subsequente a prestação dos serviços, nota fiscal e de faturamento à **Contratante**.
- 3.3. A Nota Fiscal deverá ser acompanhada de certidões que comprovem regularidade fiscal da **Contratada** em âmbito Federal, Estadual e municipal, Justiça do Trabalho, além de certidões que comprovem regularidade de contribuições relativas à FGTS e INSS.
- 3.4. Nos casos em que os documentos listados no item "3.3" não forem apresentados até o dia 20 de cada mês, juntamente com a nota fiscal, o pagamento passará automaticamente para 10 dias após a apresentação dos documentos faltantes, não cabendo à **CONTRATADA** qualquer acréscimo no valor, seja a que título for.
- 3.5. O pagamento somente será efetuado somente mediante crédito em conta bancária de titularidade da **Contratada**, sendo vedada emissão de boletos.

Cláusula 4. Obrigações do Contratado.

- 4.1. Caberá a **Contratada**, dentre outras obrigações legais e ou constantes do presente contrato:
- a) Cumprir rigorosamente os termos da proposta comercial apresentada, a qual faz parte integrante do presente contrato, ressalvando-se a revogação integral de itens que estejam em desacordo com presente instrumento;
 - b) Permitir e facilitar a inspeção dos serviços, prestando todas as informações e apresentando todos os documentos que lhe forem solicitados;
 - c) Disponibilizar profissionais devidamente treinados e identificados para a execução dos serviços;

- d) Realizar junto aos órgãos competentes, os registros necessários à execução dos serviços objeto do presente contrato;

- e) Manter todos os empregados que prestam serviços com o esquema de imunização completo, segundo normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e normas da CCIH da unidade;

- f) Assumir exclusivamente a responsabilidade pela manutenção da regularidade de documentos perante as esferas Federal, Estadual e Municipal, devendo pagar, nos respectivos vencimentos, os tributos e encargos, incidentes ou que venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre a prestação do serviço objeto do presente Contrato, devendo apresentar, de imediato, certidões de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, sob pena de suspensão do pagamento decorrente das obrigações contratuais.

- g) Observar e fazer cumprir todas as normas legais relativas às atividades desenvolvidas, respondendo integralmente por quaisquer prejuízos ocasionados a pacientes e ao Contratante pela inobservância dessas obrigações;

- h) Responder, exclusivamente, pelas ações e omissões de seus empregados e prepostos, indenizando pacientes e o Contratado por eventuais prejuízos que lhe forem ocasionados durante o período de vigência do presente contrato.

- i) A Contratada declara ser única e exclusivamente responsável por quaisquer obrigações de natureza cível, trabalhista, previdenciária e social, que sejam ou venham a ser relacionados, direta ou indiretamente, aos profissionais a serviço do presente contrato, desde que contratados pela CONTRATADA;

Clausa 5. Obrigações do Contratante.

5.1. Caberá ao Contratante, as suas expensas, dentre outras obrigações legais e ou constantes do presente contrato:

- a) Remunerar o Contratado, na forma estabelecida na cláusula 3;

- b) Promover as facilidades necessárias para o livre acesso dos profissionais do Contratado às suas instalações, se necessário, desde quando devidamente identificados;

Clausa 6. Vigência e Prazo.

6.1. O presente contrato vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do presente contrato, podendo este prazo ser prorrogado, à critério da

Cláusula 6. Vigência e Prazo.
Assinado em 11/05/2011
OAB/BA 11.370

Hospital
Materno Infantil



SUS

SECRETARIA
DE ESTADO DA SAÚDE

GOVERNO DO
GOIÁS

Contratante, obrigatoriamente por aditivo contratual devidamente assinado pelo Superintendente da **Contratante**.

§1º Na hipótese do **Contratado** pretender descontinuar a prestação de serviços no curso da vigência inicial, compromete-se a conceder o aviso prévio de 30 (trinta) dias ao **Contratante**.

6.2. O presente contrato poderá ainda ser rescindido, nas seguintes hipóteses:

- a) Se qualquer das partes ceder ou transferir o presente contrato a terceiros, sem a prévia anuência da outra parte, por escrito;
- b) Se qualquer das partes se tornar comprovadamente insolvente, requerer recuperação judicial ou extrajudicial ou autofalência, ou tiver a sua falência requerida ou decretada;
- c) Deixar, qualquer das partes, de cumprir, ou mesmo cumprir irregularmente, cláusulas contratuais, prazos e especificações;
- d) Também será causa de rescisão motivada o inadimplemento contratual por descumprimento de quaisquer obrigações previstas nesse contrato, por quaisquer das partes, que não seja sanado no prazo estabelecido em notificação encaminhada nesse sentido pela parte lesada, prazo esse não inferior a 10 (dez) nem superior a 30 (trinta) dias.

6.3. O presente contrato poderá ainda ser resolvido nas seguintes hipóteses:

- a) Perda do direito de Gestão da unidade hospitalar pela **Contratante**.
- b) Na superveniência de caso fortuito, de força maior ou fato impeditivo à consecução dos objetivos sociais das partes, em razão de decisão judicial ou por ordem dos poderes públicos competentes, que inviabilizem a continuidade de execução do presente contrato.
- c) Por exclusivo critério de conveniência e oportunidade da **Contratante**, a qualquer tempo, independente de prévia notificação, sem que haja aplicação de multa ou pagamento de indenização de qualquer natureza.

6.4. Em qualquer das hipóteses de encerramento do presente contrato será obrigação comum às partes a realização da devida prestação de contas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias subsequentes, abrangendo os aspectos físicos e financeiros do relacionamento. Nesse sentido, será assegurado ao **Contratado** o direito ao recebimento da remuneração correspondente aos serviços efetivamente até aí prestados, não obstante o encerramento do Contrato.

Cintia Santos
Assessora Jurídica
OAB/GO 27.370

Cláusula 7. Das Multas

7.1. O não cumprimento das cláusulas pactuadas no contrato, nas condições gerais contratuais, nas normas de segurança, higiene e medicina do trabalho e nas normas de segurança patrimonial gerará multa de 2% (dois por cento) sobre o valor global do contrato.

7.2. As multas são cumulativas, não podendo ultrapassar a 20% (vinte por cento) do valor global do contrato.

7.3. As multas serão cobradas por ocasião do pagamento da primeira fatura que for apresentada após sua aplicação.

7.4. As penalidades estabelecidas nesta cláusula não excluem quaisquer outras previstas nesse contrato e nas Condições Gerais Contratuais, Normas de Segurança Industrial, Higiene e Medicina do Trabalho e Normas de Segurança Patrimonial, nem a responsabilidade da **CONTRATADA** por perdas e danos que causar a **CONTRATANTE** em consequência de inadimplemento das cláusulas pactuadas.

Cláusula 8. Da Paralisação dos Serviços

8.1. Na hipótese de ocorrer paralisação dos serviços da **CONTRATADA**, seja a que título for, fica, desde já, autorizado a **CONTRATANTE** a contratar outra prestadora de serviços para realizar os serviços paralisados, desde que seja a **CONTRATADA** notificada para regularizar a prestação de serviços e não o faça em até 24 horas.

8.2. Caso a **CONTRATANTE** tenha que contratar outra empresa para a prestação dos serviços paralisados, conforme autorizado no item acima, arcará a **CONTRATADA** com os custos da contratação, independente do ressarcimento de indenização por perdas e danos, sejam eles morais ou materiais.

Cláusula 9. Do Ressarcimento

9.1. A **CONTRATADA** obriga-se a reembolsar a **CONTRATANTE** todas as despesas que este tiver decorrentes de:

a) Reconhecimento judicial de indenização administrativa ou reconhecimento judicial de titularidade de vínculo empregatício de seus empregados e/ou prestadores de serviços com a **CONTRATANTE**;

b) Reconhecimento judicial ou administrativo de solidariedade ou subsidiariedade da **CONTRATANTE** no cumprimento das obrigações previdenciárias e/ou fiscais da **CONTRATADA**;

Carla Santos
Assessora Jurídica
OAB/GO Nº 27.970



- c) Indenização, inclusive a terceiros, em consequência de eventuais danos, materiais ou institucionais, causados pela **CONTRATADA** ou seus prepostos ou prestadores de serviços na execução de suas atividades;
- d) Indenização, inclusive a terceiros, em consequência de eventuais danos ao meio ambiente e emissão de agentes poluidores causados pela **CONTRATADA** ou seus prepostos ou prestadores de serviço, seja por ação ou omissão;
- e) Indenização pela necessidade de contratação em outra empresa para a prestação de serviços previstos no presente contrato que deixaram de ser prestados em face de paralisação das atividades da **CONTRATADA**, seja a que título for;

9.2. Os valores em questão são desde já reconhecidos como devidos, líquidos e certos e passíveis de execução judicial para ressarcimento a **CONTRATANTE**;

Cláusula 10. Da Subcontratação/Cessão/Transferência

- 10.1. Não é permitido a **CONTRATADA** sublocar os serviços ora pactuados, bem como utilizar pessoas que não sejam seus empregados.
- 10.2. A **CONTRATADA** não poderá transferir ou ceder, no todo ou em parte, os serviços contratados, salvo com autorização prévia e por escrito da **CONTRATANTE**, regulando-se em cada caso a responsabilidade da cedente pelos serviços já prestados ou a prestar.
- 10.3. A **CONTRATADA** não poderá ceder ou dar como garantia, a qualquer título, no todo ou em parte, os créditos de qualquer natureza decorrentes ou oriundos do presente contrato, salvo com autorização prévia e por escrito da **CONTRATANTE**.
- 10.4. Constará, obrigatoriamente, da autorização prévia, que a **CONTRATANTE** opõe ao Cessionário dos créditos as exceções que lhe competirem, mencionando-se, expressamente que os pagamentos ao cessionário estarão condicionados ao preenchimento pela cedente de todas as suas obrigações contratuais.
- 10.5. Caso a **CONTRATADA** venha a infringir quaisquer das cláusulas acima, ficará obrigada a indenizar a **CONTRATANTE** pelos danos materiais e/ou morais dos prejuízos causados a **CONTRATANTE**.

Cláusula 11. Das Retenções

- 11.1. A **CONTRATANTE** poderá reter, a critério único e exclusivo dela, até 20% (vinte por cento) da fatura mensal, como garantia, na hipótese de infração contratual e/ou prestação de serviço inadequada pela **CONTRATADA**, incluindo-se também as multas contratuais e quaisquer outros valores que porventura seja devido pela **CONTRATADA** A **CONTRATANTE**,

, ou ainda como forma de ressarcimento de possíveis prejuízos provocados pela CONTRATA e ou seus empregados.

11.2. A CONTRATANTE poderá reter 30% (trinta por cento) da fatura final, como garantia, na hipótese de infração contratual e/ou prestação de serviço inadequada pela CONTRATADA, incluindo-se também as multas contratuais e quaisquer outros valores que porventura seja devido pela CONTRATADA A CONTRATANTE, ou ainda como forma de ressarcimento de possíveis prejuízos provocados pela CONTRATADA e ou seus empregados.

11.3. A CONTRATANTE poderá reter a(s) fatura(s) na totalidade na hipótese de não pagamento dos salários dos empregados da CONTRATADA que prestem serviços para a CONTRATANTE, somente liberando os valores retidos na hipótese de adimplemento dos salários ou acordo entre CONTRATADA e CONTRATANTE.

11.4. A CONTRATANTE poderá reter a(s) fatura(s), na hipótese de Reclamação Trabalhista, em que a CONTRATANTE figure como responsável principal, solidária ou subsidiária, de empregados ou prestadores de serviço da CONTRATADA, até o limite dos valores reclamados na citada ação, somente liberando os valores retidos na hipótese de exclusão da lide ou acordo entre CONTRATADA e CONTRATANTE.

11.5. A CONTRATANTE poderá reter a(s) fatura(s), na hipótese de ações judiciais, em que a CONTRATANTE figure como responsável principal, solidária ou subsidiária, oriunda de fatos praticados por empregados ou prestadores de serviço da CONTRATADA, até o limite dos valores requeridos na citada ação, somente liberando os valores retidos na hipótese de exclusão da lide ou acordo entre CONTRATADA e CONTRATANTE.

11.6. Os valores retidos de acordo com os itens 11.1. e 11.2. serão liberados após a assinatura do TRD (Termo de Recebimento Definitivo), descontados multas e quaisquer outros valores porventura devidos pela CONTRATADA A CONTRATANTE.

11.7. Os valores retidos não sofrerão nenhum acréscimo, sendo liberados pelos valores históricos da retenção.

11.8. Rescindido o contrato nos termos da Cláusula Sexta, perde a CONTRATADA a favor da CONTRATANTE, as importâncias retidas, além de responder pelas perdas e danos que resultarem da infração ou prestação inadequada do contrato.

Cláusula 12. Disposições Gerais.

12.1. Em decorrência da presente contratação, sob qualquer hipótese ou em qualquer situação, não se presumirá a eventual existência, ou se estabelecerá a presunção de qualquer vínculo societário e ou empregatício, ou obrigações de caráter trabalhista e previdenciário.

Carla Mendes
Assessoria Jurídica
OAB/GO 27.970

- entre as partes, por si, seus contratados, prepostos e ou empregados, e não serão fiadoras das obrigações e encargos trabalhistas e sociais uma da outra, cabendo a cada sociedade a exclusividade e responsabilidade por tais obrigações, inclusive nas esferas civil e penal;
- 12.2.** O **Contratado** possui inteiro conhecimento de que os serviços prestados pelo **Contratante** integram o patrimônio do Estado de Goiás, razão pela qual, o **Contratante** não será responsável pela quitação de faturas emitidas após eventual rescisão do Contrato de Gestão tombado sob o nº 131/2012-SE5-GO, devendo o **Contratado** promover a cobrança/execução em desfavor do Estado de Goiás ou de qualquer outro que venha a assumir a gestão do **Hospital Materno Infantil - HMI**;
- 12.3.** A **CONTRATADA** concorda em manter regularmente os serviços prestados, ainda que haja atraso em pagamento de fatura por prazo não superior a 60 (sessenta) dias.
- 12.4.** Para fins de faturamento será observada data do efetivo início da prestação de serviços.
- 12.5.** Cada parte responderá individualmente por quaisquer perdas e danos, materiais ou pessoais, oriundos de suas respectivas ações ou omissões, bem como dos profissionais a si vinculados, que venham a ser causados aos pacientes ou terceiros, sendo de responsabilidade exclusiva e indelegável da parte culpada e causadora do prejuízo responder perante terceiros e à parte inocente, nas hipóteses capazes de configurar imperícia, imprudência ou negligência, obrigando-se, a parte culpada a ressarcir à outra parte inocente, se esta vier a ser acionada por ação ou omissão da culpada e causadora do dano.
- 12.6.** A eventual tolerância a infrações a qualquer das cláusulas deste instrumento ou o não exercício de qualquer direito nele previsto constituirá liberalidade, não implicando em novação ou transação de qualquer espécie.
- 12.7.** A **CONTRATADA** compromete-se, no ato da emissão da Nota Fiscal, a efetuar a devida retenção de impostos, taxas e contribuições sociais, tais como ISS, PIS, COFINS, CSLL e IRPJ, ou dispensa de retenção quando regime de tributação diferenciado, bem como empresas optantes pelo simples nacional, "tributação unificada", ou sociedade uniprofissional devidamente regulamentada, bem como qualquer outro previsto em legislação tributária pátria, sob pena de imediata suspensão do pagamento da fatura.
- 12.8.** Poderá a **Contratante**, unilateralmente, efetuar a retenção de impostos da nota, quando necessário e amparado por lei;
- 12.9.** Fica eleito o foro da Comarca de Goiânia - GO como o único competente para o exercício e cumprimento dos direitos e obrigações decorrentes do presente instrumento, renunciando




Cintia Santos
Assessora Jurídica
OAB/GO nº 27.970

as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, independentemente dos seus atuais ou futuros domicílios.

E por estarem assim justas e contratadas as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma e para o mesmo fim, na presença das testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que se produzam seus jurídicos e legais efeitos.

Goiania - GO, 15 de julho de 2016.

INSTITUTO DE GESTÃO E HUMANIZAÇÃO - IGH - Contratante

VDA GOIAS VTI MOVEL LTDA - Contratada

Testemunhas:

1.

Nome:

CPF:

2.

Caio Cardoso

Nome:

CPF: 011431.141-24

CAU/GOIÁS
Assessoria Jurídica
OAB/GOIÁS 12.370

**3º TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO Nº
1900/2019 AO CONTRATO Nº 154-HMI, FIRMADO
ENTRE O INSTITUTO DE GESTÃO E HUMANIZAÇÃO –
IGH E A VIDA GOIÁS UTI MÓVEL LTDA**

O INSTITUTO DE GESTÃO E HUMANIZAÇÃO – IGH, CNPJ/MF nº 11.858.570/0002-14, situado na Av. Perimetral – S/N, Quadra 37, Lote 74, sala 101, Setor Coimbra, Goiânia-GO, CEP: 74.530-020, representado neste ato pelo **Sr. Paulo Brito Bittencourt**, Superintendente, administrador e Advogado, portador do documento de identidade nº 0354215507 SSP/BA, inscrito no CPF/MF nº 457.702.205-20, residente e domiciliado em Salvador/BA, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa **VIDA GOIÁS UTI MÓVEL LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.771.811/0001-31, situado à Rua T 55, nº 1.045, Quadra 108, Lote 20, Setor Bueno, Goiânia-GO, CEP: 74.215-170, representado neste ato por seu sócio, doravante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar o presente termo aditivo ao Contrato nº 154-HMI, firmado em 15/07/2016, conforme Ofício/HMI 143/2019, mediante as cláusulas e condições a seguir ajustadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO

Pelo presente instrumento, **prorroga-se** o contrato em epígrafe, pelo período de 08(oito) meses, referente a prestação do serviço de atendimento de urgências e emergências médicas – UTI Móvel, em prol do Hospital Materno Infantil – HMI, entre 15/07/2019 e 15/03/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

Permanece inalterado o valor do contrato.

§1º Fica incluído à Cláusula Terceira – Do valor do contrato e prazo para pagamento, item 3.6, a seguinte disposição: Em atenção ao que dispõe o Regulamento de Compras e Contratações do Contratante aprovado pelo Estado de Goiás, o Contratado compromete-se a emitir a fatura, ou congêneres, constando expressamente o número do contrato de gestão, presente na cláusula primeira do contrato, bem como respectivo termo aditivo vigente.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições originalmente pactuadas que não colidam com o presente aditivo.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma para o mesmo fim de se produzir seus jurídicos e legais efeitos.

Goiânia – GO, 15 de Julho de 2019.

Instituto de Gestão e Humanização - IGH
Contratante

Vida Goiás Uti Móvel LTDA
Contratada



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE TERRESTRE E INTER-HOSPITALAR DE PACIENTES E DE HEMODIÁLIS Nº 028/2019

SESSÃO



CONTRATO Nº 028/2019 DO
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE
ENTRE SI CELEBRAM AS PARTES
ABAIXO QUALIFICADAS:

INSTITUTO SÓCRATES GUANABES - ISG, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.368.306/0003-31, com endereço na Avenida Olinda, S/N, Qd. H-4, Lt. 01 ou 02, Park Lozandes, CEP 74.284-120, Goiânia, Goiás, organização social gestora do Hospital Estadual de Doenças Tropicais - HDT, Goiânia-GO, em razão do Contrato de Gestão nº 051/2012, firmado com o Estado de Goiás, por intermédio da Secretaria de Saúde do Estado de Goiás, neste ato representada, nos termos do Regulamento Interno e do Regulamento de Compra e Contratação de Serviços do ISG, aprovados pelo Conselho de Administração, por seu Diretor Financeiro, Terêncio Santana Costa, inscrito no CPF/MF sob o nº 069.180.415-12 e RG sob o nº 0070948244, e sua Diretora Administrativa, Alina Maria Silva Oliveira, inscrita no CPF/MF sob o nº 188.524.905-00 e RG sob o nº 0525521602 - SSP/BA, inscrito no CNPJ sob o nº 241.522.422/15 e RG sob o nº 142043472 **CONTRATANTE**, e

VIDA GOIÁS UTI MOVEL LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 12.771.811/0001-81, com sede na Rua T-35, nº 1.345, Qd. 108, Lt. 28, Setor Bueno, Goiânia - Goiás, CEP 74.215-170, neste ato representado por Fernando César Santana, brasileiro, casado, empresário, portador da carteira de identidade RG nº 1.527.551, SSP-GO, inscrito no CPF sob o nº 360.211.411-24, residente e domiciliado à Rua T-35, nº 120, Qd. 524, Lt. 06, Apto 101, Ed. Solar da Vitoria, Goiânia - Goiás, CEP 74.223-370, doravante denominado **CONTRATADO**.

Celebram o presente contrato, conforme processo administrativo de nº 0132/2019, mediante as cláusulas e condições a seguir ajustadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada em prestação de serviços de transporte terrestre e inter-hospitalar de pacientes e de hemodiálises para os pacientes do Hospital Estadual de Doenças Tropicais - HDT.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DESCRIÇÃO DO OBJETO

2.1. O presente instrumento tem por objeto:

2.1.1. Levar as solicitações de hemodiálise e de amostras de sangue para testes pré-transfusão, bem como retornar com as bolsas específicas solicitadas para o Hospital de Doenças Tropicais;

2.1.2. Transportar pacientes, adulto ou pediátrico, com ou sem acompanhantes que tenha necessidade de exames especializados em outras unidades, acompanhando a realização dos exames e transportando o paciente para a unidade de origem;

2.1.3. Transportar pacientes para consultas, avaliações e procedimentos, com ou sem acompanhante, aguardando o término do procedimento e transportando-o novamente para a unidade de origem;

Hospital Estadual de Doenças Tropicais Dr. Arnus Azeiteiro HDT
Avenida Centenário, Nº 2235, Jardim Bela Vista,
Goiânia - GO CEP: 74060-130.
Fones (51) 3221-3273 / (51) 3221-8574

Material: CA RS 82.528.00 (Chassis & door rail, nonpowered & on-board & rail (left))

4.1. País escolhido nos relatórios de controle, o CONTABILIZANTE pagará a CONTRATADA o valor

11. O serviço médico desta Com. no 1^o grau de 12 (doze) meses, iniciando em 28 de junho de 2014 e finalizando em 27 de junho de 2020, podendo ser prorrogado por igual e sucessivo período, limitando-se a vigência total de prazo (60 sessenta) meses, condicionada à vigência do Contrato de Gestão nº 051/2012, celebrado entre a COM. RATANTE e a Secretaria de Estado de Saúde de Goiás.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO E DO REGIME DE EXECUÇÃO

Administrativo de Serviços nº 0136/2019.

12. A descrição detalhada do objeto está a mesma constante no Livro de Matrículas desta Proposta

notáveis com excelentes em condições de emergência.

investive, desde os negócios, tem em sua mensagem com experiência em transporte de pessoas e

...e, em seguida, a análise de regressão para verificar a influência das variáveis independentes na variável dependente.

1) Tipo S = Ambulante de Suporte Vital - Med. (Indica-se para monitorizar o estado clínico e vital do doente, permitindo a intervenção precoce em caso de deterioração da sua condição clínica e vital. Não é indicada para o diagnóstico e terapêutica de doenças agudas.)

...a partir de 1990, a maioria dos países em desenvolvimento...

[illegible]

() tipo D - Ambulatório de Saúde Avançado - UH SIQUEIRA Unidade com 100 leitos monitorados

1. The first group of authors (e.g., [1, 2]) considers the problem of the optimal control of the motion of a rigid body in a fluid medium. The optimal control is determined by the method of the calculus of variations. The optimal control is determined by the method of the calculus of variations. The optimal control is determined by the method of the calculus of variations.

1.2. Transporter proteins play a role in the transport of various substances across the cell membrane.

1.4. *Respostas indicadas pelo professor com o seu acompanhamento das aulas*



1000



Nº 008



utilizada, depreciação, aluguel, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pela CONTRATADA das obrigações.

4.3. Os preços são fixos e insuscetíveis, durante a duração do prazo de 12 (doze) meses a partir da data de assinatura deste, ante o qual a concessão de reajustamento será feita, mediante a aplicação do IGP-MPIBV, por ocasião do aditivo de prorrogação do prazo contratual.

Parágrafo Único - A revisão de preços visa restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente, entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição do CONTRATANTE para a justa remuneração do serviço, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos de execução do contrato, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando alheia economia extraordinária e extracontratual. Dependerá do requerimento da CONTRATADA, que deverá ser instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato e a insuficiência de preço.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado à CONTRATADA 60 (sessenta) dias após a apresentação da Nota Fiscal, que deverá conter o detalhamento dos serviços executados, cumpridas todas as exigências contratuais, através de depósito em conta corrente desta, que deve ser expostada na Nota Fiscal apresentada, desde que seja atendida o especificado nesta cláusula.

5.2. A Nota Fiscal deverá ser atestada pela CONTRATANTE e, no caso de ocorrer o não exposto dos serviços faturados, o fato será de imediato comunicado à CONTRATADA, para replicação das causas do seu inadeferimento.

5.3. As notas deverão vir com recursos e sair no período de validade de emissão.

5.4. As notas fiscais serão encaminhadas via e-mail ou ao seguinte endereço: Avenida Olinia, 13d, H-4, 1, 01 ao 03, Park Lozandes, CEP 74.864-120 Goiânia - GO, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.969.808/0003-31.

5.5. A CONTRATADA deverá obrigatoriamente acostar junto às Notas Fiscais:

5.5.1. Certidão de Regularidade junto ao FGTS;

5.5.2. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

5.5.3. Certidão Negativa de Débitos junto à Secretaria da Fazenda Municipal;

5.5.4. Certidão Negativa de Débitos junto à Secretaria da Fazenda Estadual;

5.5.5. Certidão Negativa de Débitos junto à Secretaria da Fazenda Federal;

5.5.6. Guia de Recolimento do FGTS e INSS;

5.5.7. Comprovante de pagamento de FGTS e INSS;

5.5.8. GERP ou SERP;

Endereço: Fundação de Desenvolvimento Dr. Arcanjo Almeida - FOD
Alameda Conquista, Nº 1865, Jardim São Vito,
Goiânia - GO CEP 74.865-150
Fone: (61) 3201-0270 / (61) 3201-0274



transferência para o CONTRATANTE.

de obra em benefício próprio e necessária a manutenção da relação contratual, nos quais não poderá vir transferências de obra ao CONTRATANTE, pelo cumprimento dos deveres pertinentes à prestação de mão de obra e pagamento de encargos sociais e previdenciários, cujos bens e obrigações de responsabilidade serão atribuídos ao (s) e (as) CONTRATANTE, assumindo os ônus fiscais, as obrigações trabalhistas e as responsabilidades de natureza civil, criminal e administrativa.

6.1.4. Excluir o serviço descrito, em conformidade com todas as condições, preços e obrigações estabelecidas neste Termo de Referência, que constitui parte integrante do contrato, independente de acordo com a Portaria 3214 de 8/06/78, suas alterações e demais normas pertinentes.

6.1.5. A CONTRATADA deverá executar os serviços observando todas as normas de segurança e higiene ambientais, todas as condições de trabalho e qualificação exigidas no Termo de Referência.

6.1.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as exigências por ele

6.1.7. Cumprir os prazos de execução dos serviços.

6.1.8. São obrigações da empresa contratada:

CLAUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1.1. Obediência ao Edital e ao Edital de Emenda.

6.1.2. As despesas próprias de presente serão integralmente arquivadas ao Contrato de Trabalho nº

compromissos sejam exigidos, sem prejuízo de quaisquer medidas legais cabíveis.

6.1.3. Caso a CONTRATADA não tenha efetuado qualquer dos pagamentos de encargos e tributos

percentual de 20% (vinte por cento) e título de honorários advocatícios.

6.1.4. Caso a CONTRATADA não tenha efetuado qualquer dos pagamentos de encargos e tributos

6.1.5. Caso a CONTRATADA não tenha efetuado qualquer dos pagamentos de encargos e tributos

6.1.6. Caso a CONTRATADA não tenha efetuado qualquer dos pagamentos de encargos e tributos

6.1.7. Caso a CONTRATADA não tenha efetuado qualquer dos pagamentos de encargos e tributos

6.1.8. Caso a CONTRATADA não tenha efetuado qualquer dos pagamentos de encargos e tributos

6.1.9. Caso a CONTRATADA não tenha efetuado qualquer dos pagamentos de encargos e tributos

6.1.10. Caso a CONTRATADA não tenha efetuado qualquer dos pagamentos de encargos e tributos

6.1.11. Caso a CONTRATADA não tenha efetuado qualquer dos pagamentos de encargos e tributos

6.1.12. Caso a CONTRATADA não tenha efetuado qualquer dos pagamentos de encargos e tributos

6.1.13. Caso a CONTRATADA não tenha efetuado qualquer dos pagamentos de encargos e tributos

6.1.14. Caso a CONTRATADA não tenha efetuado qualquer dos pagamentos de encargos e tributos

6.1.15. Caso a CONTRATADA não tenha efetuado qualquer dos pagamentos de encargos e tributos

6.1.16. Caso a CONTRATADA não tenha efetuado qualquer dos pagamentos de encargos e tributos



6411



HDT

- 6.1.6. Disponibilizar documentos solicitados pelo HDT no prazo de no máximo 35 dias;
- 6.1.7. Disponibilizar a unidade de transporte sempre que solicitada;
- 6.1.8. Responsabilizar-se por eventual passivo gerado;
- 6.1.9. Obrigação de entrega das comprovantes de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária;
- 6.1.10. Registrar todas as intervenções no transporte em formulário próprio, deixando no prontuário uma via do registro;
- 6.1.11. Dar acesso aos profissionais do HDT, sempre que solicitado, à contêiner dos itens obrigatórios que compõem a ambulância (equipamentos, materiais e medicamentos), bem como à documentação relacionada;
- 6.1.12. Dar acesso aos profissionais do HDT às vias técnicas à todo para verificação das boas práticas de funcionamento, conforme legislações específicas relacionadas, bem como as informações relacionadas durante o trabalho pela equipe terceirizada quando solicitado pelo HDT;
- 6.1.13. Manter atualizados, manuais e rotinas operacionais e assistência;
- 6.1.14. Disponibilizar unidades para transporte que atenda a demanda, em média 24 (vinte e quatro) horas;
- 6.1.15. Os transportes deverão ser agendados com antecedência, não permitindo atrasos, e em caso de atraso, como transferências, paradas e outros estes deverão ser atendidos no prazo máximo de 2 horas;
- 6.1.16. Em solicitações de urgência o prazo para o atendimento deverá ser de no máximo de 1 hora;
- 6.1.17. Em solicitações de emergência o prazo para o atendimento deverá ser de 50 minutos;
- 6.1.18. Atender a Portaria n.º 2048/GM de 08 de novembro de 2007, que aprova o Regulamento Técnico dos Sistemas Estaduais de Urgência e Emergência;
- 6.1.19. Disponibilizar profissionais habilitados para o transporte e regular em seus conceitos, em quantidade adequada conforme legislações relacionadas;
- 6.1.20. Garantir o suporte técnico nos casos de transporte de pacientes críticos para realização de procedimentos diagnósticos ou terapêuticos e, caso estes serviços sejam em clínica convencionais de unidades hospitalares;
- 6.1.21. Estabelecer sistema de checagem diário dos equipamentos que compõem a ambulância, garantindo funcionamento pleno dos mesmos;
- 6.1.22. Manter cronograma de prevenção preventiva e corretiva dos equipamentos que compõem a ambulância, conforme exigências legais;
- 6.1.23. Estabelecer sistema de checagem diário dos materiais, insumos e medicamentos com checklist que contenha no mínimo identificação do material ou medicamento, quantidade, data de validade e lote, conforme as boas práticas de segurança do paciente;



6329



CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 7.1. São obrigações da Contratante:
- 7.1.1. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA com respeito ao objeto deste Contrato;
- 7.1.2. Gerenciar a execução deste Contrato;
- 7.1.3. Fiscalizar e orientar quanto às medidas necessárias de biosegurança para garantir a eficiência e eficácia no serviço prestado buscando a excelência na execução das atividades em todo o processo;
- 7.1.4. Fazer com que sejam respeitadas as diretrizes estabelecidas no processo, inclusive com manutenção cívica e regimento em dia, através do acesso com a empresa CONTRATADA.

CLÁUSULA OITAVA - EXTINÇÃO DO CONTRATO

- 8.1. A CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente o Contrato, sem prejuízo do pleitear por perdas e danos, bem como aplicar penalidades mediante simples notificação por escrito, nas seguintes hipóteses:
- 8.1.1. O não cumprimento das obrigações previstas neste Contrato;
- 8.1.2. Cumprimento desigual das obrigações contratuais pela CONTRATADA e que não converja dentro do período de 02 (dois) dias da comunicação da irregularidade pela CONTRATANTE;
- 8.1.3. Paralisação dos serviços sem justa causa e sem prévia comunicação;
- 8.1.4. Desatendimento das obrigações da CONTRATANTE, da Secretaria de Estado de Saúde, ou de qualquer outra autoridade;
- 8.1.5. Cessação, falência, insolvência ou recusa em responder judicial ou extrajudicialmente da CONTRATADA;
- 8.1.6. Alteração do objeto por si da CONTRATADA que a impoça de executar os serviços objeto deste Contrato.

- 8.2. A extinção do Contrato de acordo com o artigo 171 do Código de Defesa do Consumidor e a Lei de Defesa do Estado de São Paulo, bem como a rescisão do presente contrato, sem qualquer necessidade de notificação prévia nem qualquer direito à indenização de qualquer espécie, ocorrendo por perdas e danos;
- 8.3. As partes poderão rescindir unilateralmente este contrato, sem justo motivo, mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias;

CLÁUSULA NONA - PENALIDADES

- 9.1. Sem prejuízo do quanto exposto na Cláusula Quinta, não há responsabilização pelo pagamento da indenização por perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE e CONTRATADA decorrentes do pagamento das seguintes multas:

Secretaria Estadual de Saúde - Dr. Anísio Haddad - RUA
Alameda Cordeiro, 17 - JARDIM SÃO VÍCTOR
São Paulo - SP - CEP: 05501-000
Fone: (011) 3201-0871 / (011) 3201-0872



9.1.1. Por qualquer descumprimento ou cumprimento irregular de quaisquer obrigações, multa de 2% do valor total do contrato;

9.1.2. Pelo atraso no cumprimento das obrigações previstas neste Contrato, multa de 2% do valor total do contrato.

9.2. A mera aplicação de multa não gerará a extinção deste Contrato.

9.3. Fica apurado que comete infração administrativa a CONTRATADA que:

- a) Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- b) Entregar o retardamento da execução do objeto;
- c) Freudar na execução do contrato;
- d) Comportar-se de modo incômodo;
- e) Cometer fraude fiscal;
- f) Não manter a proposta.

9.4. A CONTRATADA, ao cometer qualquer das infrações discriminadas no supra, acima, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

9.4.1. Advertência por falta leve, assim entendida aquela que não acarretar prejuízos significativos para a CONTRATANTE;

9.4.2. Multa, conforme descrito nos itens 9.1.1 e 9.1.2;

9.4.3. Multa compensatória de até 20% (vinte por cento) do valor total contratado, em caso de rescisão, a que poderá vir a ser rescisão consensual;

9.5. Em caso de inexecução parcial por qualquer das condutas não elencadas, constantes em Termo de Referência e devidamente relatadas pelo fiscal do contrato, a multa compensatória, no mesmo percentual do quociente entre, será aplicada de forma proporcional à obrigação infringida;

9.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas, ocorrerá em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA;

9.7. A autoridade competente na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena;

CLAUSULA DÉCIMA - RECURSOS FINANCEIROS

10.1. Para atender aos compromissos decorrentes deste Contrato, os recursos são provenientes do Orçamento de gastos 09/2012, celebrado entre a CONTRATANTE e a Secretaria de Saúde do Estado de Goiás.



Ministério Público do Estado de São Paulo
Procuradoria-Geral de São Paulo
Rua da Consolação, 363 - 13.º andar - 01302-907
São Paulo - SP



13.1. Todas as cláusulas previstas neste Contrato estão de acordo e devem ser cumpridas em conformidade com o Termo de Referência, o qual faz parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DISPOSIÇÕES GERAIS

13.2. As partes comprometem-se a fornecer todas as informações necessárias para a elaboração do projeto, bem como a fornecer todas as informações necessárias para a execução do projeto, bem como a fornecer todas as informações necessárias para a avaliação do projeto.

13.3. A presente cláusula tem por objeto a prestação de serviços de consultoria, bem como a prestação de serviços de assessoria, bem como a prestação de serviços de treinamento.

13.4. A CONTRATADA obriga-se a manter em sigilo toda e qualquer informação confidencial, bem como a manter em sigilo toda e qualquer informação confidencial, bem como a manter em sigilo toda e qualquer informação confidencial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

12.1. A CONTRATADA obriga-se a manter em sigilo toda e qualquer informação confidencial, bem como a manter em sigilo toda e qualquer informação confidencial.

12.2. A presente cláusula tem por objeto a prestação de serviços de consultoria, bem como a prestação de serviços de assessoria, bem como a prestação de serviços de treinamento.

12.3. A CONTRATADA obriga-se a manter em sigilo toda e qualquer informação confidencial, bem como a manter em sigilo toda e qualquer informação confidencial.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CONTROLE DE QUALIDADE E DO GESTOR DO CONTRATO



13/03/2023
13/03/2023



SUS-DF



13.2. Visando a continuidade da prestação avançada dos serviços em contratado, foi facultada à Secretária de Estado de Saúde de Goiás a sub-rogação de todos os direitos e obrigações do CONTRATANTE, decorrentes do presente contrato e eventual aditavo firmados entre as Partes. Ressalta-se a extinção do Contrato de Gestão nº 021/2012, por qualquer motivo que atinja-o.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. As partes elegem o foro da Comarca de Goiânia/GO para dirimir quaisquer conflitos oriundos deste Contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem livres e acordados, assinam as Partes o presente instrumento em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Goiânia, 27 de junho de 2018.

Alina Maria Silva Oliveira

INSTITUTO SOCRATES GUANASSI - 180
CNPJ: 06.959.608/0003-31

Fernando Santana Costa

VIDA SOLAS UTI MOVEL LTDA - EPP

CNPJ: 16.774.611/0001-81
Por: Fernando César Santana
CPF: nº 350.216.411-34

Testemunhas:

Nome: Adilson Roberto do Nascimento
CPF: 025.487.411-18

Nome: Danyze E. B. Almeida
CPF: 520.266.823-35

Nome: Jussara de Souza Lima
CPF: 349.310.141-72

Nome:
CPF:



EL COMERCIO DE CONTRATOS VINCULADOS EN 2011

[illegible]

no compartido por conductores videntes. Este

[illegible]

[illegible]

[illegible]

no consumo do lit. colmatante vincente na área

[illegible]

AND CONSIDERATIONS OF CONTINUOUS VARIATES, MAY 2008

[illegible]

[illegible]

FILED
RUE
FEB 21 1968

to current levels of confidence in the FBI.

[illegible]

Fl. 682
Rub. ~~XXXXXX~~
Page 1 of 1

